

RECURSO ESPECIAL Nº 1.663.256 - CE (2017/0066635-3)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : MARGARIDA MARIA GIRAO SANTIAGO
ADVOGADO : ALINE DE CARVALHO CAVALCANTE E OUTRO(S) - CE015142

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela UNIÃO, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"Processual Civil. Apelação contra sentença que julgou improcedentes os embargos à execução, por considerar que a regra de competência funcional, a reza que o juízo da ação de conhecimento deve ser o mesmo da executiva, não se aplica à execução individual no âmbito das ações civis coletivas, afastando também a alegação de inépcia da inicial por ausência de documento hábil a verificar a prescrição da ação originária, levando em conta que a prescrição da ação executiva somente poderia ser alegada nesse momento processual.

- Busca a apelante a extinção da execução, pelos seguintes motivos: 1) a ilegitimidade ativa da execução, porque a embargada não comprovou que seu nome contava na listagem nominal dos servidores substituídos beneficiados pela decisão exequenda; 2) a incompetência do juízo da execução, pois não foi o que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição, não se podendo aplicar o art. 98, § 2º, inc. I, do Código de Defesa do Consumidor, ao caso em debate; e 3) a impropriedade da execução pelo sistema PJe, porquanto se trata de cumprimento de sentença, representando uma nova fase processual, não um novo processo, sendo necessário que o Juiz do feito requirite os autos do processo de conhecimento para que se processe a execução pelo meio físico.

- Quanto ao ponto 1 da apelação, entende-se que o sindicato ou associação, como substitutos processuais, têm legitimidade para defender judicialmente interesses coletivos de toda a categoria, e não apenas de seus filiados, dispensando-se a juntada da relação nominal dos filiados e de autorização expressa. Precedente: RESP 201403443939, min. Herman Benjamin, publicado no DJE de 22 de maio de 2015.

- Quanto ao ponto 2 da apelação, sedimentado está que a liquidação e a execução individual de sentença genérica proferida em ação civil

coletiva, caso dos autos, pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, interpretação mais compatível com a garantia constitucional do acesso à justiça. Precedente: AGARESP 201400233349, min. Marga Tessler (convocada), publicado no DJE de 24 de março de 2015.

- Quanto ao ponto 3 da apelação, descabida a alegação da apelante, pois que o sistema virtual PJe comporta o processamento da fase de cumprimento de sentença, bem como a execução individual de título coletivo, cujo processo de conhecimento foi iniciado em meio físico. Além disso, foi a execução devidamente instruída com todos os documentos necessários ao prosseguimento do feito, de acordo com os arts. 283, 584 e 475-N, do Código de Processo Civil, a exemplo do título judicial e seu trânsito em julgado (doc. 4058100.77500, certidão 155/2012 da Seção Judiciária do Distrito Federal (doc. 4058100.136496), fichas financeiras, documento de identificação e comprovante de rendimento (docs. 4058100.50727, 40058100.50729, 405810050731, do proc. de execução 0800309-05.2013.4.05.8100).
- Destarte, desarrazoadas todas as alegações da apelante, não merecendo reparos a sentença recorrida.
- Improvimento da apelação" (fls. 148/149e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 166/169e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"Processual Civil. Embargos de declaração contra acórdão que negou provimento à apelação, por considerar legítimo o sindicato como substituto processual, dispensando a juntada da relação nominal dos filiados e sua autorização expressa; que a execução individual de título judicial coletivo pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, na forma dos precedentes indicados; e que o sistema virtual PJe comporta a execução ora questionada, mormente diante da devida instrução constatada.

- Os aclaratórios apontam no julgado o defeito de omissão, porquanto desconsiderou o comando dos arts. 267, inc. VI e §3º, e 575, inc. II, do Código de Ritos [1973] e do art. 98, §2º, inc. I, do Código de Defesa do Consumidor, a embasar a ilegitimidade das partes como matéria de ordem pública; a necessidade de as partes autoras comprovarem, na fase de execução, que seus nomes constam na listagem nominal dos servidores substituídos beneficiados pela decisão exequenda, bem como a sua afiliação, repetindo, ademais, os argumentos trazidos em sede de apelação.

- Destarte, as alegadas omissões no julgado são rejeitadas, pois que com uma simples leitura no acórdão embargado percebe-se o enfrentamento dos temas da legitimidade ativa executória, da desnecessidade de juntada da relação nominal dos filiados beneficiários do título judicial, da competência do juízo, e da inexistência de óbice ao processamento do feito executório no sistema virtual PJe.
- Inexistente a omissão, no plural, alegada, não tem razão a embargante.
- Improvimento dos aclaratórios" (fl. 179e).

Opostos novos Aclaratórios (fls. 197/202e), foram eles parcialmente acolhidos, **in verbis**:

"Processual Civil. Embargos de declaração contra acórdão que negou provimento aos aclaratórios anteriores, considerando inexistirem as omissões apontadas.

- Os aclaratórios apontam no julgado o defeito de erro material e omissão, por tratar erroneamente de sindicato, quando a lide versa sobre associação e por não aplicar a orientação da Suprema Corte, constante do RE 573.232-SC, em sede de repercussão geral, para a qual a atuação das associações não enseja substituição processual, mas representação específica, consoante dispõe o art. 5º, inc. XXI, da Constituição, concluindo que o título judicial em debate se restringe aos autores elencados na inicial do feito principal, sendo flagrante a ausência de legitimidade ativa da exequente.

- Consta erro material no acórdão embargado, pois, ao negar provimento aos primeiros aclaratórios, considerou legítimo o sindicato como substituto processual, quando deveria considerar a associação (União Brasileira dos Servidores Postais Telegráficos - Seção Ceará), a qual impetrou o mandado de segurança coletivo, que deu origem ao título judicial exequendo, objeto da execução embargada nestes autos. Destarte, com razão a embargante, quanto ao erro material apontado, devendo ser alterada a ementa do acórdão atacado, para que conste o termo associação no lugar da palavra sindicato.

- Quanto à omissão relativa à aplicação do entendimento do RE 573.232-SC ao caso, não foi levantado nos anteriores aclaratórios, motivo pelo qual não procede a alegação desse defeito. Ademais, conforme se observa do inteiro teor daquele decisório do Supremo Tribunal Federal, o ministro relator do acórdão expressamente afasta da discussão a hipótese de a associação atuar como impetrante em

mandado de segurança coletivo, para o qual deve se aplicar o art. 5º, inc. LXX, da Constituição, considerando-se ainda os enunciados das Súmulas 629 e 630, da Suprema Corte, a dispor que "a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes".

- Parcial provimento aos aclaratórios, apenas para sanar o erro material apontado, devendo constar no acórdão embargado o termo associação, no lugar do nome sindicato" (fl. 218e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 2º e 6º do CPC/73, 2º-A da Lei 9.494/97, 3º, 81, parágrafo único, III, 91, 95, 97, e 98 da Lei 8.078/90 e 240, **a**, da Lei 8.112/90, sustentando que "há de se ater o acórdão à orientação do Supremo Tribunal Federal - firmada no julgamento do Recurso Extraordinário nº 573.232/SC em 14 de maio de 2014 -, com repercussão geral reconhecida, para a qual a atuação das associações, não enseja substituição processual, mas representação específica, consoante o disposto no artigo 5º, XXI, da Constituição Federal" (fl. 247e).

Aduz que, "mesmo que se considere que haja substituição processual, a decisão só produzirá efeitos perante os servidores integrantes da lista original e não para todos os integrantes da categoria, motivo pelo qual não pode a exequente beneficiar-se da decisão proferida na ação de conhecimento, na medida em que não era uma dos substituídos, sob pena de ofensa ao art. 5º, XXI, XXXVI, LXX e 8º, III, da Constituição Federal" (fl. 249e).

Defende também que "na execução de direitos individuais homogêneos devem ser atendidas as situações peculiares de cada substituído, razão pela qual necessária a delimitação dos que estão abrangidos por essa tutela coletiva, exatamente porque a sentença na ação coletiva de direitos individuais homogêneos sua eficácia não é *erga omnes* (só o seria nos casos de direitos difusos e coletivos *stricto sensu*, incorrente no caso)" (fl. 248e).

Por fim, requer o provimento do recurso, para anular ou reformar o acórdão "a fim de excluir da execução aqueles exequentes não listados na lista inaugural da Ação Ordinária nº 2003.34.00.31064-8" (fl. 251e).

Contrarrazões a fls. 265/272e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 274e).

A irresignação não merece prosperar.

Na origem, trata-se de Embargos à Execução ajuizados pela parte ora recorrente, objetivando o reconhecimento da incompetência do Juízo ou, sucessivamente, a inépcia da inicial, por falta de documentos indispensáveis.

Julgada improcedente a demanda, recorreu a ré, restando mantida a sentença,

pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

O Recurso de Apelação restou improvido na instância ordinária, ao fundamento de que "o sindicato ou associação, como substitutos processuais, têm legitimidade para defender judicialmente interesses coletivos de toda a categoria, e não apenas de seus filiados, dispensando-se a juntada da relação nominal dos filiados e de autorização expressa" (fl. 155e).

Nesse contexto, verifica-se que a conclusão alcançada pelo Tribunal de origem se amolda à orientação acolhida pelo STJ, no sentido de que **"os efeitos da decisão proferida em mandado de segurança coletivo alcançam todos os associados, ou parte deles, cuja situação jurídica seja idêntica àquela tratada na decisão da impetração coletiva, sendo irrelevante que, no caso, a filiação à Associação impetrante tenha ocorrido após a impetração do writ"** (STJ, AgInt no AREsp 1.377.063/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/05/2019).

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. TÍTULO JUDICIAL FORMADO EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. AÇÃO DE EXECUÇÃO INDIVIDUAL. PRÉVIA LIQUIDAÇÃO. ASSOCIAÇÃO. LISTA DE ASSOCIADOS. DESNECESSIDADE.

1. Cuida-se, na origem, de Agravo de Instrumento contra decisão proferida em Ação de Execução individual de sentença coletiva em que foi declarada de ofício a ilegitimidade ativa de associados que não figuravam, no momento do ajuizamento da ação, no quadro de associados e na lista apresentada pela associação, excluindo-se também do título executivo aqueles associados que não liquidaram previamente o valor reconhecido na ação coletiva.

2. Não se pode conhecer da irresignação contra a ofensa aos arts. 489, § 1º do CPC; 4º, 10, 277, 283, parágrafo único, 502, 503, 509, §§ 2º e 4º, 524, § 3º, 926, 933 e 1.048, I do CPC; 81, 82, 83, 103 c 104 do CDC; 14, § 4º, 21 e 22 da LMS, pois os referidos dispositivos legais não foram analisados pela instância de origem. Ausente, portanto, o indispensável requisito do prequestionamento, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 282/STF: 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada'.

3. Constatado que não se configura a ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade

com o que lhe foi apresentado. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007.

4. A jurisprudência do STJ consolidou-se no sentido de não exigir a apresentação de autorização dos associados, nem de lista nominal dos representados para impetração de Mandado de Segurança Coletivo pela associação. Configurada hipótese de substituição processual, os efeitos da decisão proferida beneficia todos os associados. Precedentes: AgInt no AREsp 1.307.723/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 13/12/2018; AgInt no REsp 1.447.834/CE, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 4/2/2019; AgInt no REsp 1.567.160/RS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 14/12/2018.

5. Tal entendimento não seria aplicável às Ações Coletivas de rito ordinário propostas por associações, quando se tem exigido, com base em precedente do STF, a necessidade da filiação prévia do associado e a juntada da lista de associados na ocasião do ajuizamento da ação individual para o cumprimento da sentença coletiva transitada em julgado. Nesse sentido: REsp 1.395.692/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 23/10/2018; AgInt no AgInt no AREsp 1.187.832/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 20/6/2018.

6. Os efeitos da decisão proferida em mandado de segurança coletivo beneficia todos os associados, ou parte deles cuja situação jurídica seja idêntica àquela tratada no decisum, sendo irrelevante se a filiação ocorreu após a impetração do writ. Nesse sentido: AgInt no AgInt no AREsp 1.187.832/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 20/6/2018.

7. A jurisprudência do STJ tem reconhecido a possibilidade da realização da execução individual de título judicial formado em ação coletiva quando for possível a individualização do crédito e a definição do quantum debeatur por meros cálculos aritméticos, mesmo que estes não tenham sido fornecidos pelo devedor, como é o caso sob análise, em que se requer o pagamento de valores atrasados relacionados a parcelas remuneratórias devidas aos recorrentes como servidores públicos.

8. Nessa linha, a compreensão sedimentada no julgamento do REsp 1.336.026/PE (Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 30.6.2017 - Tema 880), exarada sob o rito dos recursos repetitivos: "A partir da vigência da Lei n. 10.444/2002, que incluiu o § 1º ao art. 604, dispositivo que foi sucedido, conforme Lei n. 11.232/2005, pelo art. 475-B, §§ 1º e 2º, todos do CPC/1973, não é mais imprescindível, para acertamento de cálculos, a juntada de documentos pela parte executada ou por terceiros, reputando-se correta a conta apresentada pelo exequente, quando a requisição judicial de tais documentos deixar de ser atendida, injustificadamente, depois de transcorrido o prazo legal".

9. Em síntese: buscou o STJ, ao interpretar as alterações processuais realizadas ainda na época do código revogado, simplificar a fase de cumprimento da sentença. Quando necessária para liquidação do título executivo judicial a realização de meros cálculos aritméticos, como no caso concreto, o próprio credor apresenta os cálculos com os valores que entende devidos e promove a execução, sem aguardar outro ato de terceiros para o exercício do seu direito.

10. Recurso Especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido" (STJ, REsp 1.793.003/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/05/2019).

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. ASSOCIAÇÃO DOS SUBTENENTES E SARGENTOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. EXECUÇÃO. LEGITIMIDADE. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO INFIRMAM A FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Na origem, trata-se de Mandado de Segurança Coletivo, impetrado pela Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo sido concedida a ordem, para o recálculo da base sobre a qual incidem quinquênio e sexta-parte.

II. O recurso encontra óbice na Súmula 283/STF, aplicada por analogia, porquanto, a ora recorrente deixou de combater, nas razões do Especial, os fundamentos do acórdão recorrido, no sentido de que "o E. Supremo Tribunal de Justiça firmou o entendimento, por meio da súmula nº 629, de que 'A impetração de mandado de segurança

coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes", bem como de que 'os precedentes citados pelas agravantes (RE 573.232/SC e 612.043/PR) não cuidam de ação mandamental, mas de ações coletivas, quando então a regra constitucional aplicável é a do art. 5º, XXI, da CF/1988. Não é esse o caso dos autos, que envolve cumprimento de sentença proferida em mandado de segurança coletivo'.

III. Ademais, segundo a jurisprudência do STF e do STJ, o Mandado de Segurança coletivo configura hipótese de substituição processual, por meio da qual o impetrante - no caso, a Associação agravada - atua em nome próprio, defendendo direito alheio, pertencente aos associados ou parte deles, sendo desnecessária, para a impetração do mandamus, apresentação de autorização dos substituídos ou mesmo lista nominal. Nesse sentido: STF, MS 31.336/DF, Rel. Ministro EDSON FACHIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/05/2017; AgRg no RE 501.953/DF, Rel. Ministro DIAS TOFFOLI, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/04/2012; STJ, AgInt no AREsp 993.662/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 27/10/2017; RMS 45.215/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/03/2015 . **Dessa forma, os efeitos da decisão proferida em mandado de segurança coletivo alcançam todos os associados, ou parte deles, cuja situação jurídica seja idêntica àquela tratada na decisão da impetração coletiva, sendo irrelevante que, no caso, a filiação à Associação impetrante tenha ocorrido após a impetração do writ.** Em tal sentido: STJ, AgInt no AgInt no AREsp 1.187.832/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 20/06/2018.

IV. Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AREsp 1.307.723/SP, Rel. Ministra ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/12/2018).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de

18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora